

*Ref. da noticia* 1664

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Angola	10-07-2006	AngolaPress	<a href="http://www.angolapress-angop.ao">www.angolapress-angop.ao</a>

*Título*

## **Eleição de Angola à presidência de um órgão da ONU orgulha presidente do PSD**

*Texto*

A eleição de Angola, em finais de Junho último, à presidência da recém-criada Comissão de Consolidação da Paz da Organização das Nações Unidas, constitui motivo de orgulho para os seus filhos, advogou hoje, em Luanda, o líder do Partido Social Democrata (PSD), Nzuzi Nsumbo.

Em declarações à Angop, frisou que esta escolha para dirigir o novo órgão da ONU, por um ano, significa reconhecimento do manancial de experiência adquirida pelos angolanos, nos 30 anos de conflito armado, reflectida no progresso que se regista no processo de reconciliação nacional.

Disse que a contribuição de Angola à Independência do Zimbabwe, Namíbia e ao banimento do regime de Apartheid, então vigente na África do Sul, assim como a ajuda na manutenção da paz na vizinha RD Congo, na região dos Grandes Lagos, em geral, constituíram também segmentos relevantes.

"Com esta eleição, Angola deu mais um passo significativo, numa altura em que a selecção nacional de futebol, os "Palancas Negras", estrearam-se no Campeonato do Mundo, na Alemanha, onde granjearam simpatias, dignificaram o país e o continente africano, em razão da prestimosa prestação", asseverou.

A criação do órgão inter-governamental consultivo tem como principais objectivos a mobilização de recursos financeiros, destinados a traçar estratégias integradas de recuperação económica no período pós-guerra, reconstrução nacional e desenvolvimento sustentável nos países saídos de conflitos armados.

Ref. da noticia

1677

País	Data	Fonte	Ligazón
Angola	12-07-2006	lbinda.com	<a href="http://www.ibinda.com">www.ibinda.com</a>

Título

## Bento Bembe inicia negociacións directas com Angola

Texto

Num clima de fortes contestacións, onde é posta en causa a legitimidade do Fórum presidido por António Bento Bembe, as negociacións com Angola están en curso na capital congoleza de Brazzaville. Contactado pelo lbinda.com, Bento Bembe justificou a contestación que tem sido alvo como resultado de «intoxicacións promovidas no interior do enclave». E apelou à população de Cabinda a ter «confianza nas negociacións», acrescentando que as accións em curso, e a proposta apresentada a Angola, visam essencialmente «proteger os direitos fundamentais» do povo. O mesmo responsável afirma também que considera que a actual situação em Cabinda que deve ser encarada como uma situação de «emergência».

Porém, o Fórum a que preside Bento Bembe tem sido alvo de severas críticas, entre as quais a de que este é essencialmente composto por membros da extinta FLEC Renovada. Bento Bembe rejeita estas acusações e lembra que já está «na luta desde há 30 anos». Afirma também que «este tipo de comportamento e acusações já aconteceram várias vezes no passado» e acrescenta que o importante «é aproveitar a oportunidade que se apresenta de negociar» e que não quer cair novamente no «erro do passado que devido a acusações idênticas nunca se deu passos seguros para dialogar». O mesmo responsável afirma que quando a FLEC/FAC e a FLEC Renovada decidiram de fundir-se em Helvoirt, com o testemunho da Igreja e da sociedade civil, era já com o «intuito de se estabelecer um diálogo com Angola com via a negociaçãos directas». Declarou ainda que os seus críticos «não apresentam alternativas nem estratégias a seguir» para terminar «definitivamente a guerra e tirar o povo da extrema condição em que se encontra», adiantando que «o povo deve permanecer calmo, para poder avaliar independentemente o resultado destas accións».

Quanto à genuinidade do FCD, a que preside Bento Bembe, as ausências da Igreja, Mpalabanda - Associação Cívica de Cabinda e dos membros da ex-FLEC/FAC, desvirtua o Fórum que foi criado em 2004 na Holanda. O mesmo responsável adianta que o FCD tem agora «uma oportunidade de dialogar» e que é um processo que «não deve parar devido a alguns membros que não querem aproveitar o momento». Acusa «os outros» de se «terem afastado», mas considera que «tudo isto será ultrapassado».

«A realidade é uma», afirma Bento Bembe, «vamos continuar com o processo e vamos criar um compromisso com Angola». Para o mesmo responsável, «o facto de alguns terem sido testemunhas na criação do fórum não lhes dá competências para agirem na política, que até é contrário às suas vocações». Bento Bembe sublinha: «Eu foi nomeado presidente do Fórum em Helvoirt, compete, assim, a mim efectuar todas as diligências possíveis para dialogar com o Governo de Angola».

Bento Bembe considera existir «malícia» quando afirmam que «o Fórum abandonou a pretensão de independência» e avança que depois de «todos os anos de luta nunca conseguiram obter a independência». Assim, tem agora de «estudar todas as alternativas que se apresentam». E «um chefe da luta tem de saber tomar as decisões certas e não deve sonhar», sublinha. O mesmo responsável afirma que defende o direito à autodeterminação do povo de Cabinda, mas que este momento é propício para «privilegiar o diálogo».

Em referência ao «Estatuto Especial para Cabinda», Bento Bembe avançou que essa é a proposta avançada pelo Governo de Angola «que pretende conferir a Cabinda através de um estatuto político e administrativo, onde serão atribuídas certas concessões ao enclave onde lhe serão atribuídos poderes para administrar e gerir a vida colectiva do território». No entanto, Bento Bembe insiste que esta é a proposta de Angola que vai ser negociada em Brazzaville.

A contestação ao Fórum

O Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD) foi criado na Holanda, em 2004, na sequência da reunião intercabindesa nos arredores de Helvoirt, Emmaus, que resultou na fusão dos dois principais grupos

armados da resistência, a FLEC/FAC e a FLEC Renovada. Na ocasião participaram e testemunharam membros representativos da resistência, entre os quais os respectivos presidentes, da sociedade civil, representada pela Mpalabanda, e da Igreja Cabinda, representada pelo então vigário-geral, padre Raul Tati.

Foi decidido, nesta ocasião, que na nova estrutura da FLEC (a fusão dos movimentos assumiram a designação de origem da resistência) fossem distribuídas a funções hierárquicas de uma forma equitativa entre os membros dos dois movimentos de resistência, assim qualquer secção ou departamento acolhia um membro da FLEC/FAC e um membro da FLEC Renovada. Esta situação reflectiu-se em toda a estrutura da FLEC, no entanto a presidência foi assumida por Nzita Tiago e António Bento Bembe assume a função de secretário-geral do movimento. Dado que estava em curso a fusão de dois movimentos da resistência rivais, foram reescritos os estatutos que limitavam a suspensão de um ou outro elemento a fim de evitar a «faiasca» que pudesse provocar uma cisão.

Esta situação, aplaudida na ocasião, tornou-se num imbróglio legal interno na FLEC, dado que a hoje a cisão é um facto, mas a estrutura e o organigrama da FLEC permanece praticamente inalterável. Assistimos assim a uma cisão efectiva de pessoas sem que esta exista no movimento.

Daí que Bento Bembe tenha recusado a sua suspensão de secretário-geral da FLEC deliberada pelo presidente da FLEC, Nzita Tiago, dado que o processo de suspensão do secretário-geral deve seguir um processo previsto nos estatutos do movimento, processo este que fora contestado por uma corrente e defendido por outra. Quando Nzita Tiago decreta a suspensão de Bento Bembe, nomeia Macario Lembe como secretário-geral. No entanto, este último é um dos fiéis de Bento Bembe e rejeitou a suspensão, ficando «vago» este posto e colocando Nzita numa posição politicamente delicada dado que não seria «correcto» nomear um dos seus «fiéis» para esse posto sob o risco de vir a ser acusado de querer controlar a totalidade do movimento. Por outro lado, a distribuição equitativa dos postos e cargos promove hoje a afirmação em cada secção e departamento da FLEC, duas correntes internas, respectivamente os «fiéis de Nzita» e os «fiéis de Bento», que trocam entre si comunicados, sempre em nome da FLEC, e insultos, e nem os jornalistas escapam a este fogo cruzado sendo reciprocamente acusados de defenderem uma ou outra parte. Este imbróglio de bicefalia «legal» na FLEC tem originado que o movimento seja descredibilizado perante a comunidade internacional, uma situação para a qual ninguém é alheio e mesmo aí «disparam» acusações mútuas da responsabilidade da situação, agravada pelo facto de surgirem vários porta-vozes dentro do movimento e todos eles legítimos.

Em 2004, o FCD deu à luz do dia, após a assinatura conjunta de Nzita Tiago, na qualidade de presidente da FLEC, António Bento Bembe, secretário-geral, padre Raul Tati, em representação da Igreja de Cabinda, e Agostinho Chicaia, em nome da sociedade civil. António Bento Bembe é nomeado por Nzita Tiago, após indicação, presidente do Fórum e é incumbido de estabelecer contactos com Angola, como testemunha uma carta enviada no mesmo dia para Luanda, Lisboa, Washington, Paris, entre outros. Desde a criação do Fórum, Luanda nunca respondeu ou se manifestou em relação a esta carta afirmado «desconhecer» e insistir que não havia nada a negociar dado que «não há Guerra em Cabinda».

Tudo bascula quando Bento Bembe é detido na Holanda, na sequência de um mandato de captura emitido pelos Estados Unidos da América (EUA) que acusam de «participação no rapto do cidadão americano Brent Swan em Cabinda», em 1990. Imediatamente é criado um movimento espontâneo de solidariedade para a libertação de Bento, várias entidades e personalidades internacionais apelam para a sua libertação e não extradição para os EUA, entre os quais Angola. O que resultará na libertação condicional de Bento Bembe. Durante o período de detenção de Bento Bembe, António Nzita, filho de Nzita Tiago assume o secretariado executivo do Fórum. Porém, durante o período de detenção do presidente do Fórum, este recebe uma delegação de Luanda chefiada por Chicoty que se disponibiliza a «ajudá-lo». É nesta ocasião que começa a contestação contra Bento Bembe, que é acusado de traição, contestação que aumenta de tom quando Bento dá uma entrevista onde declara que a guerra em Cabinda «é suicidária». A situação de contestação a Bembe agrava-se quando este decide abandonar a Holanda, contra o que fora estabelecido pelo tribunal de Haia, e partir para África.

Progressivamente Bento Bembe inicia um conjunto de contactos junto de nacionalistas cabindas nos países periféricos a Cabinda. Uma situação que desagrade Nzita Tiago, que afirma não estar ao «corrente nada» e adianta que Bento Bembe não o informa das acções que está a desenvolver.

Os encontros multiplicam-se, Bento Bembe encontra membros da Igreja e da sociedade civil cabinda, com quem debate as «movimentações» em curso. No entanto, Bembe começa gradualmente a ser acusado de estar a «esconder o jogo» e a não revelar «dados importantes» referentes aos possíveis contactos com

Angola, assim como as «propostas apresentadas». Começam as críticas que rapidamente se transformam em insultos mútuos.

O Nkoto Likanda, Conselho Nacional do Povo de Cabinda, reúne de urgência, assim como o Bureau Político da FLEC. No entanto, a bicefalia já reinante nestas estruturas provoca que são reunidos dois «Nkotos Likandas» e as decisões de um contraria do outro, por outro lado a reunião do Bureau Político e as suas decisões são contestadas por o grupo fiel a Bento Bembe.

Entretanto Angola é acusada de estar promover todas estas divisões e de querer isolar Bento Bembe.

Por um lado através da Igreja, onde impõe um bispo próximo do aparelho de Estado e especialmente do MPLA, conseguindo, através da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), excluir e suspender todos os padres que participaram na criação do FCD, assim como os padres que se opõem à política do MPLA no enclave. Recentemente, a CEAST emitiu um comunicado onde afirma que «a Igreja nunca pertenceu ao FCD», uma afirmação tardia que surge dois anos após a criação do FCD e nunca fora contestada pelos mesmos desde 2004.

Outro elemento fundamental, e desde sempre considerado por todas as partes como incontornável em futuras, é a Mpalabanda, que começou a sofrer cada vez mais pressões e neste momento é ameaçada de extinção numa acção promovida pelo ministério público angolano. A agravar esta situação o presidente da Mpalabanda, Agostinho Chicaia, é «ameaçado» ser transferido para o Sul de Angola. A pressão contra a Mpalabanda, membro e fundador do Fórum, também se reflectiu pela interdição do seu presidente e de alguns dos seus membros se deslocarem aos Congos para reunirem com a equipa de Bento Bembe, e recentemente o advogado da associação, Martinho Nombo foi proibido de se deslocar a Luanda.

Para os padres de Cabinda e para a Mpalabanda, estas acções surgem no quadro de uma suposta estratégia pré-definida por Luanda para «dar caminho livre a Bento Bembe nas negociações» e tentar «extinguir todas as vozes críticas aos futuros acordos». Os mesmos rejeitam a legitimidade de Bento Bembe como presidente do Fórum. Uma situação que criou de imediato um divórcio e um corte de relações entre a equipa de Bento e Igreja/Mpalabanda.

Por outro lado surge a FLEC fiel a Nzita Tiago que rejeita totalmente qualquer negociação de Bento Bembe, o qual consideram que está destituído de todas as suas funções no quadro da FLEC e do FCD, e multiplicam as declarações de condenação e recusa de quaisquer acordos que possam advir de Brazzaville.

É neste clima que Bento Bembe vai reunir em Brazzaville e estabelecer negociações directas com Angola. No entanto, a bicefalia na FLEC, e cisão interna, assim como no seio do Fórum, pode resultar num cenário crítico favorável para Angola, onde eventualmente Luanda recusara no futuro de negociar novamente com «outro» FCD representativo das vozes que hoje contestam a legitimidade das negociações, o que pode resultar num aumento da violência no enclave e segundo algumas fontes num ressurgimento e intensificação da luta armada. Certo é também que em Brazzaville só uma entidade, das quatro iniciais que criaram o FCD, está presente nas negociações.

*Ref. da notícia*

1689

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Angola	14-07-2006	AngolaPress	<a href="http://www.angolapress-angop.ao">www.angolapress-angop.ao</a>

*Título*

## **Governo e Fórum Cabindês em nova ronda negocial em Brazzaville**

*Texto*

Delegações do Governo e do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD) iniciaram nesta quinta-feira, em Brazzaville (República do Congo), uma nova ronda de negociações, que podem culminar com a assinatura de um memorando de entendimento para a pacificação definitiva de Cabinda.

A delegação do Governo é chefiada pelo ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira, e a do FDC pelo seu presidente, António Bento Bembe.

Na abertura das negociações, o ministro Fontes Pereira anunciou que a delegação governamental levou para o encontro duas grandes questões, que são a cessação das hostilidades e a reconciliação, envolvendo esta a atribuição de um estatuto especial para a província.

"A reconciliação está sustentada em duas grandes questões, que reputamos das mais importantes neste processo negocial", frisou o ministro.

Segundo ele, a proposta de estatuto especial, um instrumento político, especialmente jurídico-legal, encerra um conjunto de áreas de intervenção, com poderes próprios, das autoridades que governarão Cabinda e procura sustentar um princípio de partilha de decisões entre o Governo central e a entidade de governação da província, nas questões fundamentais que têm incidência sobre o território.

"O estatuto especial para Cabinda resulta, por isso, de uma síntese da caracterização específica da província, nas suas vertentes geográfica, cultural, social e histórica", frisou.

No seu entender, "este estatuto especial vai, certamente, aproximar-nos, em relação ao estabelecimento de medidas e princípios que possam viabilizar uma governação eficaz em Cabinda, que permitam acelerar a reconstrução e o desenvolvimento de Cabinda e, no essencial, assegurar a satisfação dos diversos interesses das populações".

"A vertente da reconciliação encerra, também em si, o percurso de integração do pessoal militar, quadros e civis, nas instituições do Governo, quer central como provincial, nas forças armadas, no sistema empresarial, na polícia nacional e noutros órgão que repute necessários e prioritários, no quadro das negociações que vamos manter" - disse.

Por seu lado, o líder do Fórum Cabindês para o Diálogo deixou as garantias de que os desentendimentos do passado ficaram definitivamente para trás.

"Ao aceitarmos estar aqui, na cidade de Brazzaville, damos prova, à nação angolana, aos congolezes - que nos observam de perto - e à comunidade internacional, que nos acompanha de longe de que, de facto, ultrapassamos total e definitivamente as contradições do passado e nos engajamos indelevelmente na construção da paz e do bem estar para as populações de Cabinda".

Estão igualmente em Brazzaville, pelo lado do Governo, os generais Hélder Vieira Dias "Kopelipa", José Maria, Francisco Furtado, Jorge Barros "Guto" e Marcos Correia Banza, este último o comandante da região militar de Cabinda.

Por sua vez, a delegação do FDC é composta de 30 elementos. Como seus convidados, estão igualmente presentes representantes das autoridades tradicionais do enclave.

*Ref. da noticia*      **1683**

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Mozambique	11-07-2006	Notícias Lusófonas	<a href="http://www.noticiaslusofonas.com">www.noticiaslusofonas.com</a>

*Título*

## **Presidente Guebuza quer menos burocracia e mais transparência no Estado**

*Texto*

O Presidente de Moçambique, Armando Guebuza, apelou hoje à Autoridade Nacional da Função Pública para promover a desburocratização do Estado moçambicano e a racionalização na gestão dos recursos públicos.

O aparelho do Estado moçambicano é considerado altamente corrupto e um empecilho ao desenvolvimento do país, um cenário que se pretende mudar com a criação da Autoridade Nacional da Função Pública, que hoje tomou posse em Maputo.

Falando na investidura dos cinco membros do órgão, o chefe de Estado moçambicano instou a uma actuação virada para a "desburocratização e racionalização dos recursos do Estado".

Armando Guebuza desafiou os membros do novo órgão a empenharem-se mais em "prol do público e de melhores resultados e não numa atmosfera de competição entre si".

Falando aos jornalistas após a tomada de posse, a presidente da Autoridade Nacional da Função Pública, Vitória Dias Diogo, assumiu a profissionalização dos recursos humanos e a melhoria na prestação dos serviços ao público, como duas das prioridades da nova instituição.

Os investidores nacionais e estrangeiros apontam o aparelho do Estado moçambicano como um dos principais obstáculos aos negócios no país, designadamente o alto índice de subornos no sector, que conta com cerca de 100 mil funcionários.

Os baixos salários auferidos pelos trabalhadores do aparelho do Estado são apontados como um dos factores da crescente desmotivação que se vive no funcionalismo público moçambicano.

Ref. da noticia

1693

País	Data	Fonte	Ligazón
Mozambique	13-07-2006	Notícias Lusófonas	<a href="http://www.noticiaslusofonas.com">www.noticiaslusofonas.com</a>

Título

## Guebuza adere a mecanismo de avaliação da União Africana

Texto

O Presidente de Moçambique aderiu hoje formalmente à estrutura de avaliação da União Africana, o denominado Fórum Nacional de Mecanismo Africano de Revisão de Pares, destinado a apreciar o desempenho político, económico e social dos países da organização pan-africana.

Na cerimónia, Armando Guebuza frisou que o Governo moçambicano "está consciente" da responsabilidade de aderir ao mecanismo por este poder elevar a experiência política e de governação.

"Estamos conscientes desta opção e do contributo que ele (o mecanismo) vai trazer à nossa própria experiência política e de governação", disse Guebuza, lembrando que Moçambique foi um dos primeiros países a aderir à iniciativa africana.

O mecanismo é um instrumento de avaliação mútua de cada Estado membro da União Africana, que identificou quatro áreas temáticas: democracia e governação política, governação económica e administração, governação, gestão corporativa, empresarial e desenvolvimento económico.

Moçambique aderiu a esta iniciativa da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), em 2003, passando a fazer parte dos 25 Estados africanos que subscreveram o mecanismo.

O Fórum Nacional de Mecanismo Africano de Revisão de Pares de Moçambique tem como entidade principal o ministro moçambicano da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia.

Fazem parte do Fórum representantes da sociedade civil, os presidentes das comissões de trabalho da Assembleia da República, reitores das universidades públicas e privadas, governadores provinciais, do Banco Central de Moçambique e o presidente do Instituto Nacional de Estatística.

Também integram o fórum, os membros do antigo conselho nacional da Agenda 2025, um projecto que define linhas de orientação de governação do país nos próximos 20 anos.

No âmbito da iniciativa africana, Moçambique irá submeter-se à avaliação do seu desempenho político e governativo por um painel de personalidades eminentes africanas, que inclui um representante do Quénia, Betuel Kiplagat.

A primeira fase da avaliação do desempenho do governo moçambicano será feito a nível nacional, no intervalo de seis meses, devendo remeter-se, posteriormente, à análise pelos seus pares africanos, em período a definir. Falando a propósito do fórum moçambicano, Betuel Kiplagat, representante queniano na iniciativa da NEPAD, referiu que a "ideia é encorajar os países a trocar experiências das suas políticas e governação, de modo a melhorarem o seu desempenho".

Quénia é um dos países africanos, que com o Gana e o Ruanda se submeteram, recentemente, ao mecanismo de avaliação paritária, tendo obtido resultados considerados "muito encorajadores" pelo chefe de Estado moçambicano.

Em declarações à imprensa, o ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia, disse que a direcção do fórum será composta por cinco membros, que iniciarão as suas actividades dentro de três semanas.

O fórum contará com apoio financeiro de parceiros moçambicanos, mas ainda não está definido, até ao momento, o montante necessário para a operacionalização das actividades do órgão.

A propósito, Aiuba Cuereneia assegurou que o governo moçambicano fará com que o órgão opere com um

# Ogalus.info *versión íntegra*

mínimo de custos, recorrendo, para tal a persoas que queiram traballar voluntariamente na iniciativa.

Ref. da noticia

1685

País	Data	Fonte	Ligazón
Portugal	13-07-2006	Diário de Notícias	<a href="http://dn.sapo.pt">dn.sapo.pt</a>

Título

## Igreja defende boicote à lei que Cavaco promulgou

Texto

Depois das críticas do CDS e da distância incómoda revelada pelo PSD, as críticas da Igreja Católica. O porta-voz da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) recomendou ontem aos cristãos que não cumpram todos os aspectos da lei sobre a procriação medicamente assistida (PMA), já promulgada pelo Presidente da República.

Com esta orientação, a hierarquia episcopal distancia-se da posição assumida por Cavaco Silva. "Cada órgão de soberania exerce a sua acção e os cristãos terão de se adaptar à realidade legislativa sem se socorrer daquilo que vai contra a realidade humana", afirmou o porta-voz da CEP, D. Carlos Azevedo, revelando que a Igreja publicará em breve um documento destinado a "dar orientações aos cristãos do ponto de vista ético e moral".

Este documento, segundo o bispo, permitirá que os católicos "não recorram a todas as liberdades que a lei permite", designadamente as que "vão contra a liberdade humana". Em causa está sobretudo a utilização de embriões excedentários. Na perspectiva da Igreja, "o embrião é uma vida humana dotada de dignidade".

Mas esta perspectiva não é partilhada por todo o clero católico. Em declarações ao DN, o padre Anselmo Borges, que é também professor de Filosofia, disse não ter "nenhuma objecção de fundo quanto à lei" que Cavaco promulgou. "Penso que foi uma atitude correcta por parte do Presidente da República, até porque Portugal era dos poucos países europeus que ainda não dispunha de uma lei nesta matéria, o que fazia com que tudo fosse permitido", acentuou.

Também contactado pelo DN, o bispo das Forças Armadas, D. Januário Torgal Ferreira, reconhece "aspectos positivos" na lei, embora lamente que o diploma não tenha sido "devidamente discutido" entre nós. "Não me pronuncio sobre atitudes políticas, sobretudo por parte do Presidente da República", acrescentou o prelado, ressaltando não ter conhecimento detalhado da lei. "Estão sempre com o complexo de que a Igreja está sempre contra todos os avanços. Já ando farto disso", acrescentou D. Januário.

Numa mensagem enviada terça-feira à Assembleia da República, em que justificou a promulgação, Cavaco Silva sublinhou que "a PMA, praticada em Portugal desde 1986 e de há muito juridicamente regulada na maioria dos países da União Europeia, carecia, como é consensualmente reconhecido, de urgente enquadramento normativo".

O Presidente da República afirmou ainda que a lei - aprovada em Maio por todos os partidos da esquerda parlamentar em São Bento, a que se juntaram oito deputados do PSD - "vem colmatar uma importante lacuna do nosso ordenamento jurídico e dar cumprimento a um dever de legislar constitucionalmente imposto desde 1997".

Antes do debate do estado da Nação, no hemiciclo de São Bento, o grupo parlamentar do CDS reiterou ontem as críticas ao Chefe do Estado, afirmando que Cavaco devia ter enviado a lei da PMA para o Tribunal Constitucional, para apreciação preventiva, em vez de a ter promulgado. "Esta lei tem inconstitucionalidades quer do ponto de vista formal quer do ponto de vista material", protestou o deputado Mota Soares.

Falando em nome do PSD, Zita Seabra - que em Maio votou contra o diploma - considerou "muito importante" a lei, que "não pode deixar de suprir uma lacuna". Mas alertou: "A lei tem de ser regulamentada com a sensibilidade e a cautela que uma matéria destas exige". Foi clara a intenção da bancada laranja de não entrar em choque com o Palácio de Belém a propósito desta matéria, apesar de a maioria dos parlamentares do PSD ter votado contra a lei.

Repetindo o que sucedera na véspera, da esquerda vieram aplausos inequívocos ao Presidente. "Portugal deu mais um passo no sentido da modernidade", destacou o socialista Vitalino Canas. "É certamente uma

boa notícia", realçou a bloquista Ana Drago. Também o líder parlamentar do PCP, Bernardino Soares, elogiou a promulgação do diploma.

*Ref. da notícia*

**1669**

<i>País</i>	<i>Data</i>	<i>Fonte</i>	<i>Ligazón</i>
Timor Leste	10-07-2006	Lusa Timor Leste	<a href="http://www.lusa.pt">www.lusa.pt</a>

*Título*

## **Ramos-Horta empossado primeiro-ministro**

*Texto*

O primeiro-ministro do segundo Governo Constitucional de Timor-Leste, José Ramos-Horta, foi hoje empossado em Díli pelo Presidente da República, Xanana Gusmão.

A cerimónia, na qual foram também empossados os primeiro e segundo vice-primeiro-ministro, Estanislao da Silva e Rui Araújo, realizou-se na parte antiga do Palácio das Cinzas, sede da Presidência da República.

Fonte da Presidência da República disse à lusa que a opção pelo antigo salão nobre, que faz jus ao nome do Palácio, "pretende simbolizar a situação de crise e em que o país se encontra".

O Palácio das Cinzas, residência oficial do Presidente da República, foi instalado no local onde funcionou durante a ocupação indonésia de Timor-Leste o Registo Automóvel.

O edifício foi queimado em 1999, por acção das milícias que defendiam a anexação de Timor-Leste à Indonésia e que foram responsáveis pela destruição de grande parte dos edifícios da antiga colónia portuguesa. Ferros retorcidos no tecto e as paredes por pintar ajudam a compor o cenário de destruição que marca o local e que foi idêntico em todo o país em 1999, tendo a actual crise político-militar trazido à memória a destruição de há sete anos.

Na cerimónia estiveram o presidente do Parlamento, membros do anterior Governo e deputados, os dois bispos de Timor-Leste e o presidente do tribunal de recurso, além do corpo diplomático e muitas dezenas de outros convidados.

Mari Alkatiri, primeiro-ministro que pediu a demissão a 26 de Junho, não esteve presente.

Ref. da noticia

1674

País	Data	Fonte	Ligazón
Timor Leste	11-07-2006	Lusa Timor Leste	<a href="http://www.lusa.pt">www.lusa.pt</a>

Título

## Mari Alkatiri vai prestar declarações como arguido

Texto

O ex-primeiro-ministro de Timor-Leste Mari Alkatiri foi notificado como arguido pelo Ministério Público para prestar declarações no próximo dia 20, por alegada participação na distribuição de armas a civis, disse hoje à Lusa o Procurador-Geral da República timorense.

O procurador-geral Longuinhos Monteiro, que falava à Lusa no final da cerimónia de entrega de armas de um alegado "esquadrão da morte", salientou que em função das declarações que prestar poderá ser aberto um processo individual contra Mari Alkatiri.

"A primeira chamada (para prestar declarações) que fizemos é como arguido. As acusações são as mesmas que foram feitas a Rogério Lobato. Estão juntos no mesmo processo e depois de ouvirmos (o ex-primeiro-ministro) determinaremos se se abre um novo processo ou se continua no mesmo", afirmou.

O processo de que falou Longuinhos Monteiro fundamenta-se nas acusações de Vicente da Conceição "Railos", veterano da resistência contra a ocupação indonésia.

"Railos" acusou Mari Alkatiri de ter ordenado a Rogério Lobato, então seu ministro do Interior, para armar grupos de civis, as chamadas Equipas de Segurança Secreta da FRETILIN, para eliminar adversários políticos, dentro e fora do partido maioritário.

Rogério Lobato, que já prestou declarações à juíza de investigação, encontra-se sob a medida de coacção de obrigatoriedade de permanecer em casa, por razões da sua própria segurança, segundo disse à Lusa fonte judicial.

O processo em que figuram Rogério Lobato, e que segundo revelou hoje à Lusa Longuinhos Monteiro, inclui também Mari Alkatiri, inclui a prática de quatro crimes: associação criminosa, posse ilegal de armas, conspiração e tentativa de revolução, que prevêem pena de prisão até 15 anos.

Longuinhos Monteiro acrescentou à Lusa que no próximo dia 20 o Ministério Público vai querer saber qual o grau de conhecimento de Mari Alkatiri dos factos que lhe são imputados nas declarações, quer de Vicente da Conceição "Railos" quer do próprio Rogério Lobato.

"O primeiro ponto que queremos esclarecer é o conhecimento dos factos. Quando teve conhecimento. Temos declarações de Rogério Lobato e outros depoimentos e temos o encontro do dia 08 (de Maio)", precisou.

"É isso que queremos saber", vinçou.

No dia 08 de Maio, segundo "Railos", Mari Alkatiri recebeu na sua casa aquele veterano e alguns dos seus homens, a quem reafirmou as ordens que alegadamente deu a Rogério Lobato para armar grupos de civis.

Longuinhos Monteiro salientou que além do grupo "Railos", existe um segundo, conhecido por "Grupo 5-5", que disporá de sete armas, também alegadamente distribuídas pelo ex-ministro do Interior Rogério Lobato.

"Segundo o depoimento de Rogério Lobato ainda existe mais um grupo, conhecido por '5-5', que tem sete armas e circula na área de Gleno, Ermera, Railaco e Lauremo, (distrito de Ermera), até Liquiçá", disse a mesma fonte.

Longuinhos Monteiro adiantou que o grupo "5-5" também recebeu ordens para eliminar adversários políticos de Mari Alkatiri, mas desconhece se essas disposições foram executadas.

"Não sei se executaram a ordem, mas receberam-na", disse.

Mari Alkatiri demitiu-se do cargo de primeiro-ministro no passado dia 26 de Junho, cedendo num "braço de ferro" com o Presidente Xanana Gusmão, que ameaçou demitir-se se Alkatiri não assumisse as suas responsabilidades pela crise político-militar em Timor-Leste.

A crise, que começou há vários meses com a deserção de um terço do exército por alegada discriminação da hierarquia, levou à desintegração das forças de defesa e de segurança, à entrada de forças militares e policiais estrangeiras e a uma profunda crise política que opôs o Presidente, Xanana Gusmão, ao primeiro-ministro, Mari Alkatiri.

Os incidentes mais violentos registaram-se em Abril e Maio, com um saldo de mais de três dezenas de mortos, mas mais de 150.000 pessoas permanecem refugiadas em campos de acolhimento.

## Un servizo ofrecido polo Observatorio Galego da Lusofonía (Ogalus)



OBSERVATORIO GALEGO DA LUSOFONÍA

<http://www.igadi.org/ogalus>

Coordenado por Ângelo Gonçalves Vicente

agoncalves@igadi.org

Telf.: (34) 986 35 72 38

Fax: (34) 986 35 72 38

*O Ogalus é unha iniciativa do Instituto Galego de  
Análise e Documentación Internacional (Igadi)*



<http://www.igadi.org>